



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Fevereiro

CONSELHO DE MINISTROSSÚMULA DA REUNIÃO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1975

Presentes todos os Ministros à exceção do Ministro da Economia.

Presentes também na primeira parte da reunião os Secretários de Estado do Abastecimento e Preços e da Comunicação Social.

ANTES DA ORDEM DO DIADiploma relativo ao saneamento da função pública

O Ministro Vitor Alves referiu-se à distribuição, nesta data, da última versão do diploma relativo ao saneamento da função pública, elaborado de acordo com o resultado da discussão da versão anterior, em 30 de Janeiro.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 2 -

Dada a urgência na sua aprovação, o Conselho aceitou a sua inclusão na agenda de 5/2, não obstante não ter sido distribuído com 72 horas de antecedência.

ORDEM DO DIA1. Súmula de 30/12/74.

A súmula da reunião de 30 de Dezembro foi aprovada com as seguintes alterações:

a pág. 6, linha 11, onde se lê

"situação semelhante..... fundo de desemprego"

deve ler-se

"situação semelhante, em termos de autonomia, à que foi proposta e aprovada para o Fundo de Desemprego e até com justificação semelhante";

a págs 11, linha 2, onde se lê

"concretas que o facilitem"

deve ler-se

"concretas que facilitem a participação dos trabalhadores na gestão e administração das empresas";



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 -

Salvo do Primeiro Ministro

a págs 53, linha 4, onde se lê

"Admite que..... que o déficit"

deve ler-se

"Admite que em 1975 algumas modificações venham a produzir-se de forma a que o déficit...."

2. Súmula de 6/1/75

A súmula da reunião de 6 de Janeiro foi aprovada com as seguintes alterações:

a págs 10, linha 2, onde se lê

"formas de controle eficaz"

deve ler-se

"formas de controle eficaz que dispensam, por inútil e mais caro, o recurso à nacionalização e à compra de minas";

linha 10, onde se lê

"de interesse para a economia nacional"

deve acrescentar-se

"substituindo a expressão industrial com interesse para a defesa nacional que é de masiado ampla e imprecisa";

./.



Gabinete do Primeiro Ministro

Linha 14, onde se lê

"Quanto à participação na culelose, pensa que não é conveniente"

deve acrescentar-se

"não são pelas razões expostas pelo Secretário de Estado da Indústria e Energia como também porquanto indo atingir investimentos estrangeiros a repercussão da medida, imprevisível, é nitidamente desproporcionada em relação a eventuais benefícios".

linha 15, onde se lê

"Quanto ao problema dos cimentos"

deve e ~~eliminar-se~~ a parte seguinte, por ser repetição do começo da intervenção sobre indústria extrativa, ficando

"Quanto ao problema dos cimentos acha que devia haver"

linha 21, onde se lê

"do Estado nas empresas"

deve acrescentar-se

"porquanto a lista apresentada não parece realista. Talvez que em vez dos 50 milhões de que falou o Secretário de Estado da Indústria e Energia tenhamos que pensar em 60 milhões. E, tratando-se de investimentos não é possível pensar em termos de certificados de aforro ou prazos como para ^{as} indenizações"



Gabinete do Primeiro Ministro

A pag. 11, linha 2, onde se lê

"também sem dúvidas"

deve ler-se

"também tem dúvidas"

3. Apreciação do projecto de Decreto-Lei para a criação do quadro dos Serviços da Polícia e Transportes da Marinha.

O Ministro das Finanças salientou que a atribuição ao pessoal abrangido por este diploma (671 pessoas) de benefícios análogos àqueles de que o ano passado passou a disfrutar o pessoal militar e que não foram extensivos ao pessoal civil, envolve 28 500 contos de encargo para o Estado e introduz distinções relativamente ao pessoal civil de outros Ministérios que desempenham funções idênticas, o que vai dar grande reacção e cadeias reivindicativas. Julga, pois, que só em relação à polícia marítima haverá justificação para o regime proposto.

O Ministro Vitor Alves leu a justificação do Ministério da Marinha.

O Ministro da Administração Interna não sabe se o corpo da polícia marítima é um corpo muito especial. Mas vê que o escalão mais baixo da polícia marítima é equiparado a um 2.º sargento.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário da Comunicação Social concorda com o Ministro das Finanças.

Os Ministros das Finanças e da Administração Interna mandarão as suas objecções escritas ao Ministério da Defesa.

O Ministro da Educação e Cultura, uma vez que problemas deste tipo têm sido focados, julga que se deveria ver a possibilidade de fazer equiparação dos vencimentos interministeriais, com ligações entre a parte civil e a parte militar, com vista a equilibrar as várias situações.

4. Apreciação do projecto de diploma sobre alterações dos impostos de compensação e circulação.

Depois da justificação do projecto pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, o Conselho considerou-o aprovado.

5. Apreciação do projecto de decreto-lei relativo a práticas comerciais restritivas e defesa da concorrência no quadro da estratégia anti-monopolista



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 7 -

Dado que o Ministro Magalhães Mota tinha objecções a este diploma e o Ministro da Economia não estava presente, o diploma voltará a Conselho, depois de discutido entre os dois Ministros.

Se houver mais objecções, serão enviadas ao Ministro da Economia.

6. Apreciação da proposta de resolução sobre o uso das viaturas oficiais, elaborada de acordo com as sugestões apresentadas pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro das Finanças referiu haver legislação sobre esta matéria que não é cumprida - a Lei nº 2 057, de 11/7/52. Entende que deve haver um inquérito aos carros que existem.

Acha ainda que devia haver um serviço centralizado de compra de carros.

Entende que todos os carros do Estado deviam ter a chapa de identificação como tais, menos talvez os dos Ministros por razões de segurança. Para reparações, não sabe se não se deveriam utilizar as oficinas das Forças Armadas.

Acha que esta proposta devia ser ampliada com a criação de um grupo de trabalho para estudar, além destes aspectos, os da fiscalização, com estabelecimento de penalidades.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, de uma maneira geral, está de acordo com o que disse o Ministro das Finanças e referiu a falta de carros no seu Ministério.

A Ministra dos Assuntos Sociais, não obstante a compra de carros já estar suspensa desde o ano passado, propõe que se diga novamente que está proibida, o que o Conselho aceitou.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente reformulará a proposta, prevendo a criação do grupo de trabalho centralizado no seu Ministério, com a participação dos Ministérios das Finanças, da Administração Interna, da Defesa e da Justiça.

7. Apreciação da informação do Director-Geral dos Serviços Industriais relativa à ^{expro}expropriação por utilidade pública

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente expôs a situação resultante de não ter sido possível obter uma solução amigável de negociação a respeito de dois prédios rústicos de cuja expropriação por utilidade pública a AGFA foi considerada em condições de beneficiar.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que não deve deixar de se ter em conta o problema do agricultor que desenvolveu um esforço que não é vulgar.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente pensa que o mais justo será construir as mesmas instalações ou melhores em outro local, mediante concurso, pagando a AGFA as despesas.

O Ministro Vitor Alves propôs que se espere pela presença do Ministro da Economia para tomar uma decisão.

O Conselho deliberou adiar a discussão deste ponto.

8. Apreciação do projecto de Decreto relativo ao funcionamento dos estabelecimentos de taberna.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Administração Interna informou o Conselho de que este diploma foi elaborado em resultado de vários pedidos, sobretudo da província.

A Lei estabelece como limite as 10 horas como limite de funcionamento das tabernas.

Em muitas localidades da província é na taberna que as pessoas se juntam e vêem televisão.

Pedem aumento de horário.

Depois de um curto debate, o diploma foi aprovado com as seguintes alterações:

No artº 3º substituiu-se o limite horário pelas 23H30.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Em resultado de intervenções dos Ministros da Coordenação Interterritorial e da Justiça substituiu-se uma das sanções para a reincidência na inobservância do referido limite horário (cassação da licença para funcionamento da taberna) prevista no § único do artigo 3º, por suspensão da licença de venda de bebidas alcoólicas por um período de oito dias a um ano.

9. Apreciação do projecto de decreto-lei sobre registo obrigatório de acções.

O Ministro das Finanças informou o Conselho de que se pensa alargar o regime agora proposto às acções nominativas, depois de suficientemente experimentado e com as devidas alterações.

Disse que o melhor para ^{que} o controle fosse mais efectivo seria criar um instituto central de registo de acções, mas que não foi possível ir já para essa solução.

Explicou que se trata de um sistema diferente da nominatividade, mas se sabe em cada momento de quem são os títulos.

O Ministro Álvaro Cunhal pergunta se estarão os corretores e os notários em condições de aplicar este diploma?

Quanto ao artº 14º levantou o problema de não haver transacção de acções antes do registo.

Acha que deve haver penalidades para os averbamentos de favor. E considera as penalidades previstas benévolas



Gabinete do Primeiro Ministro

para desanimar os infractores.

O Ministro das Finanças disse que o sistema vai ser bastante fácil. Tem preparada a portaria que pode trazer a Conselho. Os corretores e os notários não terão problemas.

A sua dúvida só está em saber se os corretores merecem toda a confiança .

O Ministro da Justiça pergunta se a nominatividade não é mais simples.

O Ministro das Finanças disse que não oferecia as mesmas garantias.

Fazendo um endosso em branco as acções nominativas funcionam como acções ao portador e se este morre não pagam imposto sucessório.

Quanto ao artº 14º a ideia era mesmo que se pudesse transaccionar as acções antes do registo. Partiu-se do princípio que os averbamentos de favor não são muito fáceis.

O Ministro das Finanças vai de qualquer modo rever o artº 14º e as penalidades.

*Gabinete do Primeiro Ministro*10. Publicação de livros estrangeiros

Acerca de um caso concreto apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conselho, tendo em conta que há que manter boas relações com os outros Estados, mas que a nossa imprensa é livre e não se deve ceder à toda a espécie de pressões, entendeu que o Governo só impedirá a divulgação de obras que contenham ofensas pessoais, o que neste caso não acontece.

11. Campanhas internacionais de intimidação

Fundação Cuidar o Futuro

A este respeito foram relatados vários factos demonstrativos de uma campanha de especulação generalizada.

12. Viagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros

O Ministro dos Negócios Estrangeiros distribuiu um texto sobre a sua última viagem.

Deu no entanto uma informação resumida das impressões que colheu.

Assim, quanto à Somália, pretende-se que cesse a interdição que pesava sobre Portugal por parte da OUA.

Vai haver uma reunião onde será apreciado o esforço pela descolonização que temos desenvolvido a qual poderão sair resultados muito importantes para desbloquear completamente esse ambiente. O presidente da Somália é um chefe com real categoria, que prometeu que nos daria apoio total no sentido de que possamos estabelecer rela

*Gabinete do Primeiro Ministro*

ções com todos os países africanos.

Está convencido de que o único sítio onde pode haver ainda alguma resistência será a Guiné-Conakry.

Esta decisão da OUA também pode estar relacionada com a China. Tem informações de que a China está a considerar o estabelecimento de relações conosco.

Quanto à Índia, foi extremamente bem recebido. Assinou um tratado Índia-Portugal pelo qual se reconhece a soberania da Índia sobre Goa, Damão e Diu que acaba o contencioso existente desde o conflito de 1961.

Foi posto o problema dos privilégios de Portugal nos termos do Acordo do Padroado do Oriente. É um texto obsoleto. Mas achou que não devia assinar o texto de renúncia sem ter previamente uma atenção com a Santa Sé.

Há que dizer à Santa Sé que nada temos já a ver com o padroado do Oriente.

Estamos interessados em abrir um Consulado Geral em Goa e outro em Bombaim. Ainda não está resolvido mas é de esperar que o esteja em breve.

Vai chegar um encarregado de Negócios da Índia. Há que mandar para lá um Embaixador, que se verá se há-de ser de carreira ou não.

Relativamente à União Soviética achou que devia lá passar, porque ia à Romênia e à Jugoslávia.

Transformaram a sua visita numa visita oficial.

O encontro programado com Podgorny não chegou a realizar-se porque chegou mais tarde que o previsto. Teve um banquete com Gromiko.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Houve troca de impressões sobre política externa da União Soviética. Informou sobre a descolinização e a nossa política externa.

Relativamente à Romênia, foi recebido pelo Presidente, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Primeiro Ministro, assinou acordo cultural sobre investigação científica, facilidades na concessão de passaportes diplomáticos e de serviço entre os dois países.

Trouxe convite para o Presidente da República visitar a Romênia.

Relativamente à Jugoslávia, teve encontros com o Marshal Tito e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi-lhe proposto o envio de uma missão para realizar acordos de comércio, turismo, etc.

Em França esteve com Giscard d'Estaing e o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A conversação foi preparada em pouco tempo o que demonstra interesse na sua realização e terminou com um convite ao Presidente da República para visitar a França.

O Presidente da República tem, pois, convites para a Jugoslávia, Romênia, União Soviética, Polónia, França, Itália, talvez Inglaterra em breve.

Não sabe se o Governo entende que deva ausentar-se do País antes das eleições.

Pensa que seria melhor começar pelos países que têm relações tradicionais connosco. Depois iria à União Soviética. Depois aos outros países de leste.



13. Visita a Portugal do Ministro dos Negócios Estrangeiros Inglêss.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros aproveitou para por o problema da visita próxima de James Callagan, Ministro dos Negócios Estrangeiros Inglêss, convidado oficialmente a vir a Portugal logo no início do processo do 25 de Abril, o que tem sido protelado várias vezes e por diversas razões e se concretizará em 6 ou 7 deste mês.

Seria importante que pudesse ser recebido pelo Primeiro Ministro e pelo Presidente da República.

Fundação Cuidar o Futuro

14. Lei Sindical

O Ministro da Coordenação Interterritorial, que dera forma ao projecto da lei sindical de acordo com o debate realizado nas reuniões de 20 e 21 de Janeiro, analisou as objecções posteriormente apresentadas à sua versão, propondo em consequência nova redacção para alguns preceitos.

Seguiu-se um período de discussão em que intervieram, além do Ministro da Coordenação Interterritorial, o Primeiro Ministro, os Ministros Melo Antunes, Vitor Alves, Magalhães Mota, Álvaro Cunhal, do Equipamento Social e do Ambiente, do Trabalho, da Administração Interna, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros.



Gabinete do Primeiro Ministro

Foram introduzidas ao texto as seguintes alterações:

artº 2º

.....
g) Categoria - conjunto de trabalhadores que exercem a mesma profissão, ou se integram na mesma actividade, ou que exercem profissão ou se integram em actividade de características globalmente afins entre si e diferenciadas de todas as demais.

artº 8º

.....
2. - Os sindicatos e as demais associações sindicais referidas no número anterior não podem filiar-se em associações ou organizações sindicais de outros países, de âmbito nacional, regional, e internacional, mas podem manter relações e cooperar com elas.

artº 9º

A ordenação e redacção apresentadas pelo Ministério do Trabalho, com alterações introduzidas pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, foram aceites: para o nº 1 com substituição da frase "o exercício de sufrágio directo de voto" por "o exercício do direito de voto, secreto e directo";

*Gabinete do Primeiro Ministro*

para os nºs 3, 6 e 13, nos termos em que foram apresentados

o nº 4, com aceitação de uma das propostas apresentadas pelo Ministro Álvaro Cunhal, ficou com a seguinte redacção:

"Os trabalhadores não podem ser simultaneamente representados por sindicatos diferentes sobre a mesma matéria."

para o nº 5, com substituição de "organizações" por "associações."

artº 10

nº 5 Fundação Cuidar o Futuro

A redacção apresentada pelo Ministro da Coordenação Interterritorial tendo em conta alterações propostas pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministro Álvaro Cunhal, foi aprovada com substituição de "que tenham aprovado a sua constituição" por "que tenham deliberado votar favoravelmente a sua constituição", e de "aderir posteriormente, em ambos os casos por deliberação favorável, tomada em assembleia geral"



Gabinete do Primeiro Ministro

artº 29º

Foi aprovada a redacção apresentada pelo Ministério do Trabalho, com supressão do nº 2 e as seguintes alterações no nº 1:

Em vez de delegados, passa a fazer-se referência a dirigentes ou delegados; e o número previsto para cada empresa passa a ser indiferentemente de dirigentes ou delegados.

artº 31º

Este artº ficou com a seguinte redacção:

"Os delegados sindicais não podem ser transferidos do local de trabalho sem o seu acordo e sem prévio conhecimento da direcção do sindicato respectivo."

artº 34º

Neste artigo foi introduzida a seguinte alteração:

"2. - Os administradores
....., serão punidos com pena de prisão de três dias a dois anos."



Gabinete do Primeiro Ministro

artº 38º

Este artigo teve as seguintes alterações:

- "
2. Quer a direcção, quer grupos, terão a faculdade de apresentar....., projectos de novos estatutos....., sem que, porém, as associações sindicais a que este artigo se refere possam, ao reestruturar-se, ampliar a sua área ou âmbito de aplicação.
-
5. As assembleias só poderão funcionar vâlidamente, desde que se encontrem presentes, e em última convocatória, 10% ou 2 000 do total dos respectivos associados."

artº 41º

Lei especial regulará o exercício da liberdade sindical dos servidores do Estado, dos institutos públicos, das autarquias locais e das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

O artº 43º explicitará que não haverá cotização obrigatória para os não sindicalizados



15. Apreciação da proposta relativa à revisão da Concor-
data com a Santa Sé.

Esta proposta, apresentada pelo Ministério da Justiça na reunião de 30/1/75, considerou-se aprovada.

16. Serviço Cívico

O Ministro da Educação e Cultura informou o Conselho de que vai realizar-se uma reunião de alunos da pró-
-UNEP para a discussão dos problemas do 1º ano e do
Serviço Cívico, com representantes do MEC e da comissão
que está a trabalhar no serviço cívico, apesar de não
ter sido aprovado o respectivo estatuto.

Para isso precisa de saber se o Conselho aprovará uma disposição segundo a qual o serviço cívico será deter^{minante} minante da entrada na Universidade apenas como factor de preferência entre alunos que se apresentem nas mes^{mas} mas condições, isto é, com a mesma nota no exame.

Pensa que os dispensados este ano devem fazer o exame, do qual estarão dispensados os que fizeram exame de admissão.

O Conselho aprovou o princípio posto pelo Ministro da Educação e Cultura.

*Gabinete do Primeiro Ministro*17. Manifestação dos químicos

O Ministro do Trabalho informou o Conselho da manifestação dos químicos, com dísticos provocatórios à porta do seu Ministério, na sequência de uma reunião onde alguém afirmou que existia um exemplar da Lei Sindical em discussão no Conselho de Ministros.

Pediu ao Governo que impedisse as confrontações físicas.

O Conselho sugeriu-lhe que entrasse em contacto com o Comando Geral da Polícia.

Fundação Cuidar o Futuro



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

ADITAMENTO À SÚMULA DE 3 DE FEVEREIRO DE 1975

PREÇO DO AÇÚCAR

O Ministro das Finanças informou o Conselho de que a CGD, com largo crédito sobre o Fundo de Abastecimento, se recusa a cobrir o déficit de 3 milhões de contos que o Fundo de Abastecimento terá de suportar se não for aumentado o preço de venda do açúcar.

O déficit do Fundo de Abastecimento, que está em 7 milhões de contos, não se relaciona apenas com o açúcar, mas também com outros produtos, entre os quais os cereais e os produtos pecuários.

Não é, porém possível, rever já os preços de todos os produtos. E a recusa da CGD relativamente ao açúcar obriga a tomar uma decisão. Daí o ter trazido já a Conselho o problema do preço do açúcar.

O Secretário de Estado de Abastecimento e Preços expôs a situação do Fundo de Abastecimento, as dificuldades que a CGD levanta e suas repercussões nos contratos com o exterior e os riscos que se correm quando se não fazem a tempo as operações de compra.

Enumerou os produtos que mais influem no volume do déficit do Fundo de Abastecimento e a consequente necessidade de definir o nível geral de acréscimo dos respectivos preços.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro das Finanças apontou como razões para o aumento de preço do açúcar a necessidade de que o déficit do Fundo de Abastecimento não seja tão grande, ter como consequência a diminuição da importação, que é uma forma de poupar divisas, haver de aumentar tudo o que for possível.

A sua proposta é para 26\$00/quilo.

O Ministro Magalhães Mota acha que há vários aspectos a considerar. Quanto ao Fundo de Abastecimento em geral, concorda que é impossível fazer a substituição do sistema, que provocaria alta de custo de vida. Mas é preciso que o País saiba como estamos a viver em matéria de economia e de abastecimento, isto é, que estamos a delapidar dinheiros em consumos com prejuízo do investimento e do futuro nacional, e que os preços por que paga determinados produtos são preços artificiais. A verdade é que se anunciaram as deficiências do Fundo de Abastecimento e afinal se manteve a mesma política.

Quanto ao açúcar, que lhe parece não ser particularmente gravoso sobre os consumos essenciais, pensa que seria um bom caminho para começar a reduzir a diferença para os preços reais.

Valeria a pena começar a atentar nas consequências de uma política salarial não realista, no facto de as administrações muitas vezes cederem a reivindicações salariais por saberem que têm compensação por outras vias, e em que muitas vezes também não têm, na verdade, condições de negociação, pois são ameaças de ocupação e a nenhuma ocupação o Governo se opôs.

./.



Gabinete do Primeiro Ministro

Tudo considerado, pensa que vale a pena rectificar algumas políticas em matéria de abastecimento, que o açúcar oferece condições para isso, que se pode portanto ir relativamente ao açúcar para um real e já visto que quanto mais tempo se leva a encarar os problemas mais eles se deterioram e mais dificuldades se acumulam. Quanto ao açambarcamento, é generalizado a nível individual. Amostragem feita em supermercados mostra que a capitação quanto a vários produtos está a ultrapassar todas as médias dos últimos anos.

O Ministro do Trabalho disse que têm sido tomadas várias vezes medidas quanto a ocupações, não obstante várias dificuldades circunstanciais, e deu exemplos.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente perguntou se o mercado de Cuba foi explorado.

O Secretário de Estado de Abastecimento e Preços informou que é a Cuba que se está a pagar os preços mais caros, o que não envolve qualquer crítica, pois Cuba nos abriu os seus mercados, e resulta de a posição de Cuba ser muito forte.

O Ministro Álvaro Cunhal perguntou se foi feita alguma diligência a nível político, pois não o ter feito pode ter sido uma deficiência.

Outro ponto é o grande atraso em que estamos acerca do esclarecimento do povo português sobre os preços do mercado internacional, com insistência organizada.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Além de mais não se pode considerar o açúcar um produto que não é de consumo essencial. Não é de forma alguma um consumo de luxo. Há que pensar duas vezes sobre a maneira como o aumento do açúcar deve ser feito e pensa que é muito má altura para um aumento tão elevado.

Está de acordo com o Ministro Magalhães Mota quanto aos aspectos técnicos, mas não quanto aos aspectos políticos.

No que respeita ao açambarcamento, além do do consumidor, que existe sempre, há o do armazenista e sob este aspecto seria de intensificar a fiscalização.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado de Abastecimento e Preços, quanto ao esclarecimento, tem procurado evitar que o mercado funcione de maneira perturbada.

Tratando-se de aumento de preços, conviria na mesma altura em que ele fosse anunciado definir algumas grandes linhas da política de produção do açúcar.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente concordou e informou que um agricultor lhe falou de uma grande reconversão a fazer na cultura do milho, que algo haveria a fazer quanto ao trigo, tendo assim que reconhecer-se que é estranho que estejamos tão dependentes do estrangeiro.

O Secretário de Estado de Abastecimento e Preços expôs várias dificuldades relativas à produção de açúcar em Portugal.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 5 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro da Coordenação Interterritorial deu várias sugestões sobre soluções a encarar relativamente à produção de açúcar em Angola e Moçambique.

O Ministro Vitor Alves propôs que se assentasse em determinado preço, embora a oportunidade do lançamento ficasse dependente de outras medidas que o compensassem. Sugeriu que talvez se pudesse escalonar a subida do preço do açúcar em três fases.

Para a primeira fase conviria ter a noção de qual o mínimo com repercursão no Fundo de Abastecimento.

O Ministro das Finanças acha que o escalonamento aumentaria as dificuldades, além de ser financeiramente mais pesado, com o que o Ministro Magalhães Mota concordou.

O Primeiro Ministro pensa que haveria vantagem em conjugar a saída de uma medida como esta com a do programa económico, onde se dá esperança ao povo da adopção de medidas antimonopolistas de acordo com o que se prometeu no programa do M.F.A. , pois julga que o povo está disposto a fazer sacrifícios se os fizer a seu próprio favor.

./.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes disse que no âmbito do plano econômico o problema do Fundo de Abastecimento foi várias vezes considerado.

Uma das medidas previstas no plano de emergência é uma campanha de produção de milho para este ano, com repercussão em outros produtos mais essenciais que o açúcar. A produção do açúcar envolve muitas dificuldades e não se resolve de um ano para o outro. Daí a conveniência em conjugar o problema do açúcar com a diminuição das dificuldades do Fundo de Abastecimento, atacando em outras frentes, e simultaneamente com o anúncio do aumento do preço do açúcar, que deve ser muito bem explicado, se explicar também o que se espera das medidas do plano de emergência que com o Fundo se relacionam.

Não vê hipótese de a curto prazo moderar a subida do preço do açúcar. Pensa que os Fundos Públicos terão de suportar um certo déficit que medidas relativas a outros produtos atenuarão.

Assim, acha excessivo 26\$00 e pensa que se devia ir para um aumento da ordem dos 10\$00. Acha que tem realmente de se ver se os grossistas estão a fazer especulação e tomar medidas duras no sentido de o evitar.

O Ministro das Finanças chamou a atenção do Conselho para que, com a preocupação da redistribuição de rendimentos, se acaba por agravar a inflação, que é a maneira mais injusta de distribuir rendimentos.

Compreende todas as dificuldades políticas que existem, mas teme uma explosão pela via monetária.



Gabinete do Primeiro Ministro

O Primeiro Ministro referiu que o que é necessário é descobrir uma chave para resolver estes problemas.

O Ministro Melo Antunes está convencido de que este ano há tendência para o preço do açúcar diminuir.

Por isso e para evitar uma subida muito grande, propõe que se aumente, sim, mas para 22\$50.

O Secretário de Estado de Abastecimento e Preços pensa que em 75 vai subir. Para 76 é que está a contar com preços variáveis.

Fundação Cuidar o Futuro

A Ministra dos Assuntos Sociais acha importante situar para a opinião pública esta questão na sua dimensão internacional, explicando que se trata de um problema internacional real.

Pensa que é importante por às pessoas as alternativas possíveis, referindo o racionamento como medida que não se pretende e explicando o ciclo dos abastecimentos que as pessoas não verdade desconhecem.

Está de acordo com a subida de preço do açúcar, com uma campanha junto dos consumidores e consumidoras, preparada por uma equipa técnica especializada em meios audiovisuais, que gostaria de canalizar para a comissão do Ano Internacional da Mulher.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Cabinete do Primeiro Ministro

- 8 -

O Primeiro Ministro lembrou que a taxa de inflação foi contida, baixou até depois do 25 de Abril relativamente à anterior, e que a política de verdade é um factor comum sempre presente às decisões deste Governo. As questões são, pois, qual o aumento e qual a oportunidade.

O Ministro das Finanças teme que a ligação do aumento do açúcar com o plano económico prejudique o plano. Um produto que pensa que pode ser novamente aumentado e bastante é a gasolina.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado de Abastecimento e Preços informou o Conselho dos aumentos que se prevêm para outros produtos, tais como bacalhau e leite.

O Ministro do Trabalho propôs que, se as implicações não fossem muito grandes, o preço do açúcar não atingisse os 20\$00, uma vez que 19\$50 deixa ao Fundo um déficit muito grande e que 26\$00 é um preço muito alto.

O Conselho aprovou o preço de 22\$50.

O momento de introdução do aumento decidir-se-á na próxima semana.

O Ministro das Finanças chamou a atenção para a confidencialidade extrema deste assunto, que constará de súmula da reunião posterior à tomada desta decisão.